



CONTRATO Nº 007/2012.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ESPARTA
SEGURANÇA LTDA., NA FORMA AJUSTADA.**

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.690, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Diretor-Geral, o Senhor **Fernando Antônio Faria Abreu**, doravante denominada **Contratante**, e a empresa **Esparta Segurança Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.162.435/0001-42, com sede na Rua Eduardo Lopes, nº 390, bairro Santo André, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.230-200, neste ato representada pelo Sr. **Luiz Cláudio La Rocca de Freitas**, CPF nº 966.695.947-04, RG nº 076.703.537, IFP-RJ, doravante denominada **Contratada**, celebram o presente Contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450, de 31.05.2005, da Lei Estadual nº 14.167, de 10.01.2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.786, de 18.04.2008, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14.12.2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.204, de 05.09.2007, e pelo Decreto Estadual nº 44.630, de 03.10.2007, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no respectivo Edital do Processo Licitatório nº 090/2011, Pregão Eletrônico nº 083/2011, observado os anexos I, II e III deste Contrato (anexos II, VII e VIII do Edital), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, com fornecimento de uniformes e equipamentos, em Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais, conforme descrito nos anexos I, II e III deste Contrato (anexos II, VII e VIII do Edital), nos termos do Processo Licitatório nº 090/2011, Pregão Eletrônico nº 083/2011, adjudicado em 21/12/2011, homologado em 12/01/2012 e publicado em 14/01/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prestação dos Serviços

1 – Descrição dos Serviços:

1.1 – A descrição dos serviços encontra-se delineada no rol de atribuições do cargo que consta no subanexo III, do anexo II deste Contrato (anexo VII do Edital).

2 – Quantitativo de Empregados:

2.1 – O quantitativo de empregados que poderão ser alocados pela **Contratada** para a prestação dos serviços encontra-se previsto no subanexo I, do anexo II deste Contrato (anexo VII do Edital);

2.2 – Foram adotadas jornadas de trabalho compatíveis com as necessidades dos locais de prestação de serviço e prevista, inicialmente, a alocação de 54



(cinquenta e quatro) empregados, distribuídos em 21 (vinte e um) postos de vigilância, sendo que o quantitativo remanescente poderá ser aproveitado no decorrer do prazo de vigência do contrato, conforme necessidade e conveniência da **Contratante**;

2.3 – A **Contratante** efetuará o pagamento mensal somente dos serviços efetivamente prestados, conforme o quantitativo de empregados disponibilizados e de forma proporcional ao período de prestação dos serviços.

3 – Locais de Prestação dos Serviços:

3.1 – Os locais de prestação dos serviços são aqueles mencionados no subanexo II, do anexo II deste Contrato (anexo VII do Edital), podendo a **Contratante**, de acordo com o seu interesse e demanda, alterar, acrescentar ou extinguir locais em todo o Estado, mediante comunicado à **Contratada**.

4 – Qualificação Profissional dos Empregados:

4.1 – A qualificação técnica mínima dos empregados que prestarão os serviços e a descrição desses serviços encontram-se previstas no subanexo III, do anexo II deste Contrato (anexo VII do Edital).

5 – Jornada de Trabalho:

5.1 – A jornada de trabalho encontra-se prevista no subanexo III, do anexo II deste Contrato (anexo VII do Edital);

5.2 – O cumprimento integral da jornada de trabalho dos empregados será determinado pela **Contratada**, conforme peculiaridades do local da prestação dos serviços, nos termos descritos no subanexo III supracitado, seguindo-se orientação da **Contratante**;

5.3 – No controle da jornada de trabalho dos empregados alocados, deverá a **Contratada**:

5.3.1 – Assegurar que os empregados cumpram integralmente a jornada de trabalho e os horários estabelecidos para a prestação de serviços à **Contratante**, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada a alteração do horário de trabalho sem autorização, por escrito, da **Contratante**;

5.3.2 – Exercer, por meio de seu(s) PREPOSTO(S), o controle diário da frequência e da pontualidade dos empregados alocados, independente do acompanhamento e fiscalização realizados pela **Contratante**;

5.3.2.1 – Realizar o controle de frequência de todos os empregados, inclusive substitutos, nos termos da legislação trabalhista;

5.3.3 – Permitir a ausência dos empregados somente nos casos previstos em lei, providenciando-se a substituição para garantia da continuidade dos serviços de vigilância;

5.3.4 – Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho dos empregados alocados;

5.4 – A carga horária semanal será cumprida conforme as necessidades e características das unidades onde os serviços serão prestados, nos termos da legislação trabalhista, observando-se as orientações do GESTOR.



6 – Vedações à Contratada:

6.1 – É expressamente vedado à Contratada:

6.1.1 – Contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento ou em recrutamento amplo da **Contratante**;

6.1.2 – Alocar trabalhador, autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços na **Contratante**;

6.1.3 – Subcontratar o serviço, no todo ou em parte, sob pena de aplicação de sanções administrativas ou rescisão contratual;

6.1.4 – Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;

6.1.5 – Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte da **Contratante**, salvo nos casos previstos em lei;

6.1.6 – Responsabilizar a **Contratante** por compromisso assumido pela **Contratada** com terceiros, envolvendo ou não os empregados alocados na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Gerenciamento e da Fiscalização

da Execução

Contratual

O Superintendente Administrativo da **Contratante** ou servidor por ele indicado será o GESTOR para acompanhar a execução do contrato, e o servidor indicado por cada unidade recebedora dos serviços será designado FISCAL, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Caberá ao órgão de segurança da **Contratante** realizar a supervisão dos serviços prestados, devendo comunicar ao GESTOR as irregularidades constatadas.

1 – Caberá ao GESTOR do contrato:

1.1 – Gerir as questões administrativas da execução contratual, com a coparticipação do órgão responsável pela segurança da **Contratante**, e manifestar sobre eventuais propostas de alteração do contrato;

1.2 – Acompanhar, por meio de instrumentos de controle, a execução do contrato, abrangendo, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação da qualidade exigida;

b) a qualidade dos equipamentos utilizados;

c) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

d) a satisfação do público usuário.

1.3 – Registrar as ocorrências relacionadas com a execução contratual, adotando as providências necessárias para regularização, com a participação do órgão de segurança da **Contratante**;



1.4 – Solicitar a seus superiores a adoção das medidas pertinentes quando as decisões e as providências necessárias ultrapassarem o âmbito de sua competência;

1.5 – Emitir ordens de serviços para alocação de empregados, após aprovação da Administração Superior, conforme a conveniência e necessidade da Contratante;

1.6 – Conferir, antes da autorização de liquidação da despesa, a regularidade fiscal da Contratada;

1.7 – Manifestar sobre a conveniência e oportunidade para prorrogação do contrato;

1.8 – Disponibilizar formulário(s) para avaliação da qualidade dos serviços prestados, que serão elaborados pelo órgão de segurança da Contratante.

2 – Caberá ao FISCAL do contrato:

2.1 – Velar pela boa execução do contrato em sua unidade administrativa;

2.2 – Preencher formulário(s) para avaliação da qualidade dos serviços e encaminhá-lo(s) mensalmente ao GESTOR;

2.3 – Fornecer dados e informações para análise da qualidade dos serviços, conforme solicitação do órgão de segurança da Contratante;

2.4 – Solicitar providências ao GESTOR e ao PREPOSTO da Contratada para garantir a boa execução do contrato;

2.5 – Comunicar ao GESTOR e ao PREPOSTO da Contratada qualquer irregularidade referente à execução contratual;

2.6 – Exercer outras atribuições correlatas e imprescindíveis para a boa execução do contrato.

3 – Do Acompanhamento da Execução do Contrato:

3.1 – A Contratada deverá manter pelo menos um PREPOSTO para supervisionar a prestação dos serviços, o qual deverá realizar visitas regulares nos locais, sendo, no mínimo uma vez por mês nas unidades do interior que disponham de um posto de vigilância, duas vezes por mês nas unidades do interior com mais de um posto, e, semanalmente, nas unidades da Capital;

3.1.1 – A indicação do(s) PREPOSTO(S) pela Contratada ocorrerá através de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do(s) empregado(s) indicado(s), bem como número de telefone móvel para contato 24 horas por dia;

3.1.2 – O(s) PREPOSTO(S) deverá(ão) ter competência para representar a Contratada, podendo receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe for(em) solicitado(s) e tomar decisões sobre a execução do contrato, e deverá(ão), ainda, reportar-se ao GESTOR e/ou FISCAL para tratar de questões envolvendo o objeto contratado;

3.2 – O(s) PREPOSTO(S) indicado(s) pela Contratada deverá(ão) comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, cabendo-lhe no exercício de seu cargo:

a) Assegurar o cumprimento das obrigações contratuais,



especialmente a prestação contínua dos serviços, acatando as orientações advindas da Contratante para fiel execução do contrato;

b) Administrar toda e qualquer questão que envolva a prestação dos serviços nas unidades da Contratante;

c) Zelar pela disciplina dos empregados alocados na prestação dos serviços;

d) Diligenciar para que os empregados alocados cumpram regularmente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, sendo vedado o desvio de função e a realização de tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

e) Orientar e exigir que os empregados ajam com cordialidade e respeito no trato com o público interno e externo;

f) Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;

g) Comunicar à Contratante, por escrito, logo após o conhecimento do fato, qualquer ocorrência de avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade da Contratante ou de terceiros, que estejam nas dependências sob vigilância;

h) Apurar o possível envolvimento de seus empregados em ocorrências relacionadas com avaria, furto, roubo ou extravio de bens nas unidades de prestação dos serviços, aplicando, quando for o caso, as sanções previstas em lei, sem prejuízo das medidas adotadas pela Contratante;

i) Encaminhar ao GESTOR todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços;

j) Notificar o empregado, por escrito, quando ocorrer descumprimento de obrigações relacionadas à execução do contrato, providenciando, quando necessária, a substituição do empregado;

3.3 – A Contratada deverá encaminhar à Contratante, até o último dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, o relatório previsto no subanexo VIII – Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições de Profissionais;

3.4 – A Contratada deverá manter Representação em Belo Horizonte ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte (LC Estadual nº 89/2006), com autonomia para gestão de pessoal;

3.5 – A Contratada será responsável pelo cumprimento das obrigações estipuladas, respondendo por quaisquer danos ou irregularidades constatadas, inclusive a terceiros, causados por seus empregados, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada pela Contratante;

3.5.1 – Não haverá corresponsabilidade da Contratante na ocorrência de danos ou irregularidades na execução do contrato;

3.6 – A Contratante notificará, por escrito, acerca do descumprimento de qualquer obrigação contratual que seja de responsabilidade da Contratada, bem como as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza verificadas na execução dos serviços, estabelecendo prazo para as correções devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

3.6.1 – As notificações da Contratante deverão ser encaminhadas ao(s) representante(s) legal(ais) da Contratada ou ao(s) PREPOSTO(S) por ela indicado(s).



CLÁUSULA QUARTA – Do Recebimento e Do Aceite do Objeto

Os serviços, objeto do presente Contrato, serão prestados pela **Contratada**, sendo a nota fiscal/fatura mensal respectiva encaminhada, via Protocolo Geral, à Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (DSGT) da **Contratante**, para ser conferida, e seu aceite dar-se-á da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, em até 2 dias corridos, por servidor designado como GESTOR/FISCAL, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação da qualidade e perfeição dos serviços prestados, face ao contratado;

b) **Definitivamente**, em até 3 dias corridos, pela Diretoria de Serviços Gerais e Transporte – DSGT / Gestor, mediante termo circunstanciado, após a verificação e comprovação da qualidade do serviço e a sua conformidade face ao contratado, com a consequente aceitação final. Após o aceite a nota fiscal respectiva, já devidamente atestada, será encaminhada pela Diretoria de Serviços Gerais e Transportes – DSGT, via Superintendência Administrativa, à Superintendência de Finanças, para análise e pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da Contratante

Caberá à **Contratante** o cumprimento das seguintes obrigações:

- 1) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas contratuais;
- 2) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **Contratada**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **Contratante**, não devem ser interrompidos, conforme disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- 3) Permitir o livre acesso dos empregados alocados nas unidades de prestação de serviços, desde que devidamente uniformizados e identificados com crachá, observados a jornada de trabalho e o horário de funcionamento da **Contratante**;
- 4) Fornecer à **Contratada** as informações e os esclarecimentos necessários para a fiel execução do objeto contratado;
- 5) Conferir, por meio de seu órgão de segurança, o fornecimento de equipamentos, verificando a sua funcionalidade e adequação às normas técnicas de segurança;
- 6) Comunicar à **Contratada** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para correção;
- 7) Efetuar os pagamentos mensais dos valores devidos pelos serviços executados, desde que observadas as formalidades legais e as condições pactuadas;
- 8) Fornecer, quando necessário, crachás para acesso dos empregados às unidades administrativas de prestação dos serviços;
- 9) Avaliar a escala de férias dos empregados e apresentar propostas de alteração, se necessárias, encaminhando resposta à **Contratada**, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da escala;
- 10) Devolver à **Contratada**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do seu recebimento, os expedientes preparatórios do faturamento, com registro de aprovação ou de eventuais glosas, de forma legível e indelével.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da Contratada



Caberá à **Contratada** o cumprimento das seguintes obrigações:

1) Realizar a execução dos serviços contratados conforme as especificações deste contrato, corrigindo as irregularidades em prazo a ser fixado pela Contratante;

2) Providenciar, às suas expensas, durante o prazo de vigência do contrato, os exames médicos exigidos por lei para admissão e dispensa dos empregados, apresentando-os à Contratante, quando solicitado, em até 5 (cinco) dias úteis;

3) Alocar às unidades de prestação dos serviços, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir de solicitação formal do GESTOR, profissionais integrantes do seu quadro de empregados e com qualificação necessária à execução dos serviços contratados, observando-se as condições mínimas estabelecidas no contrato;

4) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, através do(s) PREPOSTO(S) indicado(s), zelando pela prestação contínua dos serviços, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificados e aceitos pela Contratante;

5) Responsabilizar-se pelos atos praticados por seus empregados ou PREPOSTO(S), inclusive no que se refere a danos causados à Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada pela Contratante;

6) Zelar pelo bom comportamento dos empregados alocados na prestação de serviços, orientando-os a cumprir as normas internas editadas pela Contratante, especialmente as de segurança, sendo-lhes vedado, dentre outras, as seguintes condutas:

a) participar ou realizar qualquer tipo de jogo, bem como promover a venda de rifas e bilhetes ou a circulação de listas e de pedidos particulares de qualquer natureza;

b) realizar qualquer tipo de atividade comercial nas unidades da Contratante;

c) permanecer nas dependências da unidade na qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;

d) consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante;

e) tratar com a Contratante acerca de aspectos que envolvam a relação de trabalho estabelecida entre o empregado e a Contratada;

7) Zelar pela observância das regras de higiene pessoal e boa apresentação dos empregados alocados nas unidades da Contratante, não sendo permitida, em hipótese nenhuma, a prestação dos serviços por empregados sem o devido uniforme e crachá de identificação;

8) Realizar a entrega dos uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços, mediante recibo, conforme necessidade da Contratante e nos termos do instrumento contratual;

9) Fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para os empregados alocados, uniformes adequados para que se apresentem dentro de padrões recomendáveis para a boa prestação dos serviços, conforme especificações e quantidades dispostas no subanexo III do anexo II deste Contrato;

9.1) Distribuir 1 (um) conjunto de uniforme, por empregado, conforme previsto em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho;





9.2) Mediante comprovação formal da necessidade e a critério da Contratante, poderá(ão) ser(em) fornecido(s), com periodicidade inferior a 1 (um) ano, peça(s) do conjunto de uniforme aos empregados alocados na prestação dos serviços;

10) Fornecer, sem ônus aos seus empregados, todos os equipamentos exigidos pelas normas de segurança do trabalho e convenções coletivas;

10.1) Realizar, se necessário for, e às suas expensas, os treinamentos de uso dos equipamentos de proteção;

10.2) Obrigar seus empregados a utilizarem os equipamentos de proteção durante a execução dos serviços;

10.3) Fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção;

11) Apresentar à Contratante, até o último dia útil do mês subsequente ao do fornecimento, o(s) comprovante(s) de entrega do(s) uniforme(s), no(s) qual(ais) deverá(ão) constar data e assinatura do(s) empregado(s) contemplado(s), bem como a cópia de documento oficial de identificação, a fim de viabilizar posterior reembolso dos valores despendidos;

12) Fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para os empregados alocados, crachás de identificação contendo, no mínimo, nome completo, matrícula, fotografia, cargo e meios para registro eletrônico de ponto conforme legislação vigente;

13) Fornecer à Contratante planilha ou base de dados informatizada dos empregados alocados contendo, no mínimo, os seguintes dados cadastrais: nome completo, data de nascimento, matrícula, cargo, data de admissão, lotação, fotografia, número do CPF e do documento de identidade, número do PIS e endereço residencial;

13.1) O fornecimento de planilha ou base de dados deverá ocorrer, mensalmente, através de meio eletrônico, DVD/CD ou transferência FTP, conforme disponibilidade da Contratada;

13.2) A base de dados deverá ser fornecida em formato de planilha ou banco de dados SQL;

13.3) O procedimento descrito nos subitens anteriores poderá ser substituído por meio de liberação de acesso de consulta à base de dados via sistema web;

14) Submeter à aprovação da Contratante, com, no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência da data de gozo, a escala de férias dos empregados alocados na prestação dos serviços contratados;

14.1) Na hipótese de empregados que já prestarem serviços à Contratada e que a data de gozo de férias destes ocorrer nos primeiros 90 (noventa) dias da data da assinatura do contrato, a escala de férias deverá ser encaminhada para aprovação da Contratante com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência;

14.2) Registrar as ocorrências de férias e efetuar a(s) substituição(ões) do(s) empregado(s), que será(ão) limitada(s) ao período efetivo de afastamento para gozo de férias;

14.3) Quando ocorrer(em) substituição(ões) de empregado(s) no gozo de férias regulamentares nos 12 (doze) primeiros meses da data da assinatura do contrato de prestação de serviços, caberá à Contratante efetuar o pagamento proporcional ao efetivo período de prestação de serviços em suas unidades;

15) Providenciar a substituição do empregado na data do afastamento quando ocorrer ausência programada;



16) Providenciar substituto para o posto de vigilância, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da notificação formal da Contratante, nos casos de ausência não programada;

17) Encaminhar à Contratante, através do(s) empregado(s) substituto(s), formulário próprio de apresentação, onde constarão, obrigatoriamente, o nome completo, a qualificação profissional, o nome do empregado substituído, o motivo da substituição, a data de início da substituição e, quando possível, a data de término;

18) Substituir o empregado cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias;

19) Afastar das dependências da Contratante, imediata e preventivamente, o empregado suspeito de cometer falta disciplinar grave, ou que venha a ameaçar ou colocar em risco a segurança pessoal do público usuário ou a segurança patrimonial das unidades de prestação dos serviços;

20) Faturar os valores devidos pela Contratante até o segundo mês subsequente ao da prestação dos serviços, observando o envio prévio da documentação necessária;

21) Excluir do faturamento mensal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, os valores correspondentes aos dias de faltas dos empregados não substituídos nos termos do item 16 desta cláusula, bem como os valores referentes a salários e encargos de empregados a partir da data em que foram colocados à disposição pela Contratante, e também valores correspondentes aos dias de trabalho de empregados em gozo de benefícios previdenciários em razão de afastamentos legais;

22) Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, neles incluídos, entre outros, as despesas de pessoal, encargos sociais, previdenciários, fundiários, trabalhistas, tributários e comerciais, bem como os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos empregados alocados, inclusive auxílio alimentação (cesta básica e tiquete-refeição), vale-transporte e auxílio saúde, respondendo, na qualidade de empregador, em juízo ou fora dele, para todos os efeitos de direito;

23) Providenciar, seguro de vida em grupo, nos moldes previstos em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para todos os empregados alocados nas unidades da Contratante, devendo apresentar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do início da prestação dos serviços, os comprovantes de contratação e de pagamento do prêmio;

24) Remunerar os empregados conforme o valor salarial contratado e na forma do subanexo V do anexo II deste Contrato, observados os reajustes legais;

25) Efetuar, em conta bancária, o pagamento mensal dos empregados alocados nas unidades da Contratante, ressalvadas as localidades onde não houver estabelecimento bancário;

26) Recolher, no prazo legal, todos os encargos sociais devidos pela prestação dos serviços, exibindo, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes;

26.1) A Contratada deverá emitir GFIP específica dos empregados alocados na prestação dos serviços, por tomador de serviços, acompanhada de prova de sua quitação;

26.2) Sem prejuízo das demais obrigações constantes neste contrato, a Contratante poderá solicitar à Contratada, sempre que entender necessário, conveniente ou oportuno, outros documentos relativos à comprovação de regularidade fiscal/trabalhista e ao



fiel cumprimento do contrato;

27)Elaborar, por localidade, planilhas mensais referentes aos custos unitários e totais de empregados, apresentado-as à Contratante juntamente com a nota fiscal/fatura mensal dos serviços e o(s) comprovante(s) de regularidade fiscal da Contratada;

28)Reparar ou substituir bens avariados ou efetuar o ressarcimento de despesas decorrentes de dano(s) causado(s) pelos empregados alocados, PREPOSTO(S) e demais pessoas designadas pela Contratada para a execução dos serviços, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação;

28.1) Na hipótese de substituição de bens, deverá a Contratada providenciar outro, igual ou similar, submetendo-o à aprovação da Contratante;

29)Na hipótese de reparação de bens, deverá a Contratada submeter o bem reparado à aprovação da Contratante;

30)Cumprir as normas de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis ao objeto contratado, inclusive as referentes a prevenção de incêndios, a segurança e a medicina do trabalho, bem como as normas de segurança da Contratante;

31)Adotar todas as medidas necessárias nos casos de acidentes de trabalho envolvendo seu(s) empregado(s) no desempenho dos serviços contratados ou em conexão com eles, bem como cumprir as obrigações pertinentes previstas em lei;

32)Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e de qualificação exigidas e apresentadas na fase de habilitação do processo licitatório e/ou assinatura do contrato, inclusive as relativas à regularidade para com o INSS e o FGTS, apresentando à Contratante as respectivas certidões, sempre que tiverem suas validades vencidas ou quando solicitadas;

33)Apresentar outras certidões de regularidade exigidas por lei e que forem solicitadas pela Contratante;

34)Emitir nota fiscal/fatura mensal, separadamente, por tipo de despesa reembolsável;

35)Apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, comprovante de entrega ao Fisco Municipal da declaração ou documento equivalente acerca dos respectivos serviços prestados, quando for o caso, sem prejuízo da retenção e recolhimento do ISSQN pela Contratante;

36)Responsabilizar-se pelas despesas relativas ao recolhimento dos tributos que envolvam a prestação dos serviços e, quando der causa, por eventuais encargos, multas e despesas decorrentes do atraso na apuração do ISSQN e por aquelas resultantes do encaminhamento intempestivo das guias respectivas à Contratante, quando for o caso, para fins de recolhimento do tributo devido;

37)Informar, no corpo da nota fiscal/fatura, seus dados bancários a fim de possibilitar à Contratante realizar os pagamentos pertinentes;

38)Orientar os empregados alocados para realizarem cadastro junto ao INSS e Caixa Econômica Federal para fins de consulta eletrônica ou recebimento de informações acerca de recolhimento de contribuições previdenciárias e depósito/saldo de FGTS;

39)Apresentar a Autorização para Funcionamento da empresa licitante no Estado de Minas Gerais, expedida pelo Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal, acompanhada da respectiva revisão anual da autorização de funcionamento, e dentro



do prazo de validade;

40) Apresentar o Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Estado onde será prestado o serviço, e dentro do prazo de validade;

41) Efetuar a Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal, conforme dispõe o inciso II do art. 14 da Lei nº 7.102, de 20/06/83.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Preço

Os preços referentes aos serviços executados neste Contrato estão de acordo com a proposta vencedora do processo que lhe deram origem, neles estando incluídas todas as despesas feitas pela **Contratada** para a prestação dos serviços, sendo:

1 – O valor total mensal estimado de R\$ 2.634.705,12 (Dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinco reais e doze centavos);

2 – A composição do valor do subitem 1 acima é formada obedecendo o disposto nos subanexos do Anexo II deste Contrato;

3 – Na composição do valor do subitem 1 acima está incluso também o valor correspondente aos Custos Indiretos e Lucro, cujos percentuais ficam estabelecidos em 3,13% (três vírgula treze por cento) e 3% (três por cento), respectivamente, nos termos dos subanexos IV e V deste Contrato;

3.1 – Os percentuais de Custos Indiretos e Lucro são fixos e serão aplicados mensalmente sobre o valor do faturamento para fins de apuração do montante a ser pago pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – Do Valor Global e da Dotação

Orçamentária

O valor global deste Contrato é de R\$ 2.634.705,12 (Dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinco reais e doze centavos).

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37-02 – fonte 10.1, com os respectivos valores reservados e suas equivalentes nos exercícios seguintes.

CLÁUSULA NONA – Das Condições de Faturamento e

Pagamento

1) A Contratada deverá encaminhar à Contratante, previamente à emissão da nota fiscal/fatura, para fins de conferência e aprovação, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, os demonstrativos de valores a serem faturados, que deverão corresponder aos serviços efetivamente prestados ou aos créditos previstos à Contratada.

2) A Contratante deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do demonstrativo, apresentar glosas ou aprovar os valores para que seja emitida a nota fiscal/fatura.

3) A nota fiscal/fatura será emitida conforme as exigências contratuais



e legais, especialmente as de natureza fiscal, devendo observar o seguinte procedimento:

3.1) A Contratada deverá entregar no setor de protocolo da Contratante a nota fiscal/fatura mensal relativa aos serviços prestados no mês anterior e devidamente aprovados, que será encaminhada ao setor competente para que seja obtido o aceite pertinente, e que deverá, necessariamente, conter:

- a) indicação da razão social da Contratada e respectivo endereço;
- b) preenchimento completo, sem qualquer rasura, com os seguintes

dados:

- b.1) data de sua emissão;
- b.2) histórico, com a discriminação sucinta dos serviços prestados;
- b.3) número do contrato;
- b.4) mês de competência dos serviços prestados;
- b.5) valor total bruto, valor dos tributos a serem retidos e valor total

líquido;

b.6) identificação da Contratante nos seguintes termos:
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Avenida
Álvares Cabral, nº 1.690, Bairro Santo Agostinho, CEP 30170-001, Belo Horizonte/MG -
CNPJ Nº: 20.971.057/0001-45 – Inscrição Estadual: Isenta.

3.2) A nota fiscal/fatura mensal deverá, obrigatoriamente, ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) relação nominal dos empregados alocados exclusivamente na prestação dos serviços, bem como planilhas de custos mensais, por localidade, com dedução dos valores relativos a faltas, quando for o caso, e com referência ao nome do empregado faltante, do empregado substituto e indicação do quantitativo de faltas;

b) folha de pagamento da remuneração referente ao mês de competência da prestação dos serviços faturados, com discriminação exclusiva dos empregados alocados nas unidades da Contratante, na forma da legislação previdenciária;

c) relatório das ocorrências trabalhistas do mês de competência da prestação dos serviços, contendo, no mínimo, data de início ou término da alocação do empregado, faltas e respectivos valores, nome, matrícula e salário-base;

d) relação dos empregados que estiverem em gozo de férias, afastados por motivo legal e em gozo de benefícios previdenciários relacionados ao exercício da atividade laborativa, com indicação dos respectivos substitutos;

e) declaração firmada pelo representante legal e pelo responsável pelo setor de Recursos Humanos da Contratada, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: "Declaramos, sob as penas da Lei, que a folha de pagamento pertinente à competência MM/AAAA, entregue a este Tomador, contém todos os nomes e respectivas remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os empregados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com a Contratante, sob o nº. 007/2012, tendo sido quitada na sua integralidade.";

f) declaração firmada pelo representante legal e pelo responsável pelo setor de Recursos Humanos da Contratada, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: "Declaramos, sob as penas da Lei, que os benefícios pertinente à competência MM/AAAA, previstos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria, foram regularmente repassados a todos os empregados alocados na prestação dos serviços, dentro do



prazo legal, e conforme exigências do contrato nº 007/2012, firmado com a Contratante”;

g) cópia das guias de recolhimento ao FGTS e Previdência Social do mês anterior a que se refere o faturamento, devidamente quitadas e acompanhadas do documento GFIP, por tomador de serviços;

h) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) - CRF, com prazo de validade não expirado;

i) certidão de regularidade quanto aos débitos de contribuições previdenciárias (CND), expedida pela Receita Federal, com prazo de validade não expirado;

j) comprovante de recolhimento dos encargos sociais e pagamento das obrigações trabalhistas exclusivamente dos empregados que prestaram serviços no mês anterior ao que se refere o faturamento;

k) outros documentos relacionados às obrigações que resultarem da execução contratual.

4)A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura nos termos dos subanexos IV e V do anexo II deste Contrato, ficando o pagamento condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos no item anterior.

5)Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma prevista na legislação vigente.

6)No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pela Contratante deverão ser calculados *pro rata die*, pelo período da efetiva prestação dos serviços.

7)Na hipótese de concessão de isenção tributária/redução de encargos sociais, a Contratada deverá apresentar documentos comprobatórios da situação jurídica, deduzindo o percentual correspondente dos respectivos módulos na planilha do subanexo V do anexo II deste Contrato.

8)A nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada quando contiver incorreções, rasuras ou for imprecisa, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização, hipótese em que haverá interrupção do prazo previsto para pagamento dos serviços prestados, reiniciando-se a contagem a partir da reapresentação do documento, na forma exigida no instrumento contratual.

8.1) Os prazos estabelecidos à Contratante para pagamento correrão a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente instruída com os documentos necessários.

8.2) Não poderão ser repassados à Contratante qualquer acréscimo financeiro decorrente da inobservância do prazo limite para o pagamento das obrigações aos empregados alocados, quando ocorrer o descumprimento das exigências contratuais e legais por parte da Contratada.

9)A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pela Contratante, em hipótese alguma servirá de fundamento para que a Contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

10)A Contratante poderá sobrestar os pagamentos devidos à Contratada, relativos aos valores dos itens A (Custos Indiretos) e C (Lucro) do Módulo 5 do subanexo V do anexo II deste Contrato, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa a:



- a) liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) existência de débitos para com a Contratante, quando não cobertos pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) existência de débitos para com terceiros ou outros de responsabilidade da Contratada, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais à Contratante;
- d) descumprimento de obrigação relacionada ao objeto contratado que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária da Contratante;
- e) apresentação de documentação exigida em disposição contratual;
- f) apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- g) comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

11) O pagamento será realizado pela Contratante, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, desde que apresentada na forma e com os documentos exigidos no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Acréscimos ou Supressões

A **Contratada** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que a **Contratante**, a seu critério e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Sanções

1) O retardamento, a falha ou a inexecução do contrato sujeitará a **Contratada**, conforme a gravidade da infração e mediante apuração em regular processo administrativo, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, à aplicação das seguintes sanções:

I – multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor global estimado do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia de execução contratual;

II – multa de 5% (cinco por cento) do valor global estimado do contrato na hipótese de não apresentação da garantia de execução contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III – multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor global estimado do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega/prestação de serviços/substituição do objeto contratual, nas hipóteses de descumprimento das obrigações previstas nos subitens 1, 3, 10, 15, 22, 23 e 30 da cláusula sexta do contrato, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação ou da notificação encaminhada pela Contratante, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor;

IV – multa de 10% (dez por cento) em razão da inexecução parcial ou total dos serviços, sobre o valor global estimado do contrato, nas hipóteses de descumprimento das obrigações previstas nos subitens 1, 3, 10, 15, 22, 23 e 30 da cláusula





sexta do contrato, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante;

V – multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) de 1/12 (doze avos) do valor global estimado do contrato, por hora e por posto desguarnecido, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no subitem 16 da cláusula sexta;

VI – multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste contrato e não discriminados nos incisos anteriores, sobre 1/12 (um doze avos) do valor global estimado do contrato, até o limite de 8% (oito por cento) desse valor, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação ou da notificação encaminhada pela Contratante;

VII – multa de 8% (oito por cento) em razão do descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste contrato e não discriminados nos incisos anteriores, sobre 1/12 (um doze avos) do valor global estimado do contrato.

2) Em caso de atraso injustificado de pagamento, por parte da **Contratante**, incidirá sobre o valor devido em atraso a atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro-rata tempore” do IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

a) Após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a **Contratante** poderá recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a perda de interesse na prestação dos serviços, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis;

b) A inexecução parcial ou total do objeto contratado, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, independentemente do prazo estipulado na alínea anterior, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

c) Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a **Contratante** poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para a prestação dos serviços;

d) Quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, sem que tenha havido retenção, serão elas compensadas pela Superintendência de Finanças da **Contratante**, por ocasião do pagamento dos valores devidos, em conformidade com os arts. 368 a 380 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

e) Na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela **Contratante**, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a **Contratada** será notificada a recolher, à Superintendência de Finanças da **Contratante**, a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de até 10 dias, contados da data do recebimento, pela **Contratada**, do comunicado formal da decisão definitiva, proferida pela Autoridade Competente, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;

f) Para todas as penalidades aqui previstas, será garantida a defesa prévia da **Contratada** que deverá ser apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação encaminhada pela **Contratante**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Garantia de execução

contratual

1) A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, com validade não inferior a 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações previstas;

b) prejuízos causados à administração ou terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas à Contratada;

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

3) Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente a cobertura dos eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item anterior.

4) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

5) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular, conforme incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

6) Será extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

6.1) A devolução da garantia não exime a Contratada das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

7) A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) descumprimento de obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

c) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

7.1) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item anterior.



8)A Contratante poderá reter todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja apresentada a garantia de execução contratual, limitado ao valor dos Custos Indiretos e Lucro.

9)A Contratada deverá, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da notificação encaminhada pela Contratante, providenciar complementação da garantia quando for utilizado o valor respectivo, houver acréscimo do objeto ou for prorrogado o prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Vigência

1) Este contrato de prestação de serviços, decorrente de processo licitatório, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, conforme inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, a critério da Contratante e no interesse das partes, desde que os serviços estejam sendo prestados de forma satisfatória e em condições compatíveis com os preços de mercado.

2) Caso a Contratada não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção à Contratante, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Recomposição e do

Reajuste

1)A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

a) os valores referentes à remuneração prevista neste contrato serão reajustados quando ocorrer alteração dos salários da categoria profissional alocada, em decorrência de acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, desde que devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG e/ou homologado(s) por ato do Poder Público, quando solicitado e devidamente comprovado pela Contratada;

b) o valor do vale-transporte será reajustado quando ocorrer alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço está sendo prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes, quando solicitado e devidamente comprovado pela Contratada;

c) o valor do auxílio alimentação (cesta básica e tíquete-refeição) será reajustado quando contemplado em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho das categorias profissionais, devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG e/ou homologado(s) por ato do Poder Público, quando solicitado e devidamente comprovado pela Contratada;

d) os valores relativos aos uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação de proposta, com aplicação máxima do índice do IPCA/IBGE, mediante negociação entre as partes.

2)Fica expressamente vedado o reajuste de quaisquer valores referentes aos Custos Indiretos e Lucro em prazo inferior a 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta ou da data do acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho das categorias profissionais, devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG e/ou homologado(s) por ato do



Poder Público.

3) A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da Contratada, devendo ser apresentada à Contratante, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo da contratação.

4) A inércia da Contratada implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no item anterior.

5) É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6) A Contratada deverá informar à Contratante toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão deste Contrato os casos enumerados nos incisos I a XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurados à **Contratada** o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão deste Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da **Contratante**, ocorrendo qualquer das hipóteses elencadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do supracitado artigo, sem que caiba qualquer ressarcimento à **Contratada**, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no inciso VI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério da **Contratante**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Publicação

A **Contratante** publicará no diário oficial, o jornal “Minas Gerais”, Caderno II (Diário do Judiciário), o resumo deste Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, MG, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Dos Documentos Integrantes

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição e para todos os efeitos, o edital do Processo Licitatório, a proposta vencedora, a ata de abertura/julgamento das propostas e de julgamento da documentação do licitante vencedor e o instrumento que concede poderes ao representante legal da **Contratada** para representá-la, bem como os anexos I, II e III deste Contrato (anexos II, VII e VIII do Edital), referentes à descrição do objeto e condições de sua prestação.



Assim ajustadas, as partes celebram o presente Contrato em 2 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 testemunhas.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2012.

Contratante:

Fernando Antônio Faria Abreu
Diretor-Geral

Contratada:

Luiz Cláudio La Rocca de Freitas

Testemunhas:

1)

Patrícia Ferreira Fialho

2)





Anexo I do Contrato

Processo Licitatório nº 090/2011 – Pregão Eletrônico nº 083/2011

LOTE ÚNICO	
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, com fornecimento de uniformes e equipamentos, em Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais.	
Percentual de Custos Indiretos	Lucro
3,13%	3,00%
PREÇO TOTAL MENSAL COTADO	PREÇO TOTAL ANUAL COTADO
RS 219.558,76	RS 2.634.705,12

X

4

